

cescontexto

Bibliotecas públicas, políticas culturais
e leitura pública

Organização

Paula Sequeiros

Nuno Medeiros

Nº 23

Dezembro, 2018



Debates

www.ces.uc.pt/cescontexto

Propriedade e Edição/Property and Edition

Centro de Estudos Sociais/Centre for Social Studies

Laboratório Associado/Associate Laboratory

Universidade de Coimbra/University of Coimbra

www.ces.uc.pt

Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087

3000-995 Coimbra - Portugal

E-mail: cescontexto@ces.uc.pt

Tel: +351 239 855573 Fax: +351 239 855589

Comissão Editorial/Editorial Board

Coordenação: Ana Raquel Matos

ISSN 2182-908X

© Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2018.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

「Bibliotecas Públicas, políticas culturais e leitura pública」

6 e 7 de setembro de 2018

Casa dos Bicos, Fundação José Saramago (Lisboa)



José Martín Ramírez © Unsplash

Inscrições abertas em
ces.uc.pt/eventos/bibliotecas-publicas

apresentadoras/es 20 julho a 28 julho 2018
participantes 30 julho a 17 agosto 2018



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

Centre for Social Studies
University of Coimbra

CES | Alta
Colégio de S. Jerónimo
Apartado 3087
3000-995 Coimbra
Portugal
T +351 239 855 570

CES | Sofia
Colégio da Graça
Rua da Sofia, 136-138
3000-389 Coimbra
Portugal
T +351 239 853 649

CES | Lisboa
Picoas Plaza
Rua Viriato, 13 Lj 117/118
1050-227 Lisboa
Portugal
T +351 216 012 848

ces.uc.pt



Co-financiada:



Fotografia de José Martín Ramírez C, Unsplash.

Agradecimentos

A Conferência Internacional *Bibliotecas Públicas, Políticas Culturais e Leitura Pública*, organizada pelo CES, Universidade de Coimbra (UC), ocorreu em Lisboa, de 6 a 7 de setembro de 2018, na Casa dos Bicos, Fundação José Saramago. A realização contou com o apoio de:



Índice

<i>Paula Sequeiros e Nuno Medeiros</i>	
Que faremos com estas bibliotecas?	6
<i>Rui Matoso</i>	
O contributo das bibliotecas públicas para a efetivação da democracia cultural.....	11
<i>Margarita Pérez Pulido e Maurizio Vivarelli</i>	
La identidad de la biblioteca pública y el campo de la biblioteconomía social.....	35
<i>Maria Manuel Alves Rijo</i>	
Como envolver a comunidade com a Biblioteca através da arte?	47
<i>Débora Dias</i>	
Do privado ao público: a biblioteca pessoal e suas metamorfoses	57
<i>Carla Silva</i>	
A Biblioteca do Liceu Alexandre Herculano no Porto: entre políticas estigmatizantes e uma estratégia de mobilização social.....	72
<i>Paula Sequeiros</i>	
Na biblioteca pública, ler por prazer: uma mirada feminista	82

A Biblioteca do Liceu Alexandre Herculano no Porto: entre políticas estigmatizantes e uma estratégia de mobilização social

Carla Silva,¹ professora-bibliotecária coordenadora das bibliotecas do Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano, Porto
carlasilva230@gmail.com

Resumo: A Escola Pública está, há largos anos, refém de políticas neoliberais e de interesses partidários que têm vindo a condicionar o direito de acesso à educação e à cultura junto da população mais carenciada, agravando, por conseguinte, as desigualdades sociais e aprofundando as assimetrias locais. Nesta perspetiva, partindo do exemplo do antigo Liceu Alexandre Herculano no Porto, apresenta-se neste artigo uma reflexão sobre os constrangimentos que algumas medidas nacionais e/ou locais têm infligido numa escola-sede de um mega-agrupamento com consequências diretas nos serviços prestados pelas suas bibliotecas. São aqui elencados alguns dos esforços da biblioteca para contornar esses obstáculos, tentando proporcionar à sua comunidade um acesso equitativo ao conhecimento, à aprendizagem, à leitura e ao seu património histórico e cultural, através da mobilização social e de práticas de cidadania ativas num exercício de democracia.

Palavras-chave: bibliotecas, políticas culturais, desigualdades sociais, leitura, mobilização social.

Escola pública e desigualdades sociais

A constatação de que a escola pública está profundamente ferida na sua dimensão humana é cada vez mais uma realidade. Ao invés de promover práticas democráticas, fomenta, inadvertidamente, o distanciamento entre classes sociais. Este é o reflexo de uma sociedade construída segundo uma lógica de mercado que espelha a ausência de políticas educativas e culturais estáveis, equitativas, de medidas inequívocas que esbatam as assimetrias sociais e, principalmente, de linhas orientadoras que sobrevivam à mudança dos diferentes executivos.

É comumente aceite que a escola, enquanto serviço público, está carente de estratégias eficazes que combatam a iliteracia e a exclusão social, pelo que em pleno século XXI continuamos a debater-nos com a existência de dois tipos de instituição: uma escola do povo preocupada somente com questões de alfabetização social e, por outro lado, uma escola de elites preparada para o êxito e para a dominância. Com efeito, esta dupla vertente põe em causa o Estado social que, na verdade, deveria garantir a fruição de bens públicos para todos em condições de igualdade através de políticas universais inclusivas:

O Estado, mal ou bem, não se tem alheado do acompanhamento e monitorização dos processos educativos centrados na escola, embora, em muitos casos, tenha, na prática, cedido uma boa parte das suas responsabilidades às lógicas do mercado e abdicado de, através das suas funções de regulação, intervir

¹ Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas - Estudos Franceses e Alemães, Universidade do Porto. Professora do ensino secundário - lecionação e exercício de cargos. Coordenou projetos escolares de âmbito local, nacional e internacional. Funções técnico-pedagógicas no depº de programação cultural da Porto 2001, Capital Europeia da Cultura e no Inst. Português da Juventude. Proferiu algumas comunicações, das quais se salienta *A função, a formação e a avaliação do professor bibliotecário* e que aguarda publicação.

mais activamente na atenuação dos mecanismos sociais que geram e reproduzem desigualdades, ainda que sob a aparência de uma generalização e extensão dos níveis de instrução básica (Costa *et al.*, 2008: 252).

A implementação por parte dos sucessivos governos portugueses de políticas neoliberais, exacerbadas por um clima de austeridade onde a visão economicista e a falta de sensibilidade para as questões sociais se têm revelado um flagelo, ditou um retrocesso inigualável na escola, o que é particularmente perceptível na aplicação de uma lógica empresarial ao contexto escolar. Em termos práticos, constata-se que os resultados e os *rankings* são o objetivo último do sistema educativo. O espírito democrático, outrora existente em órgãos colegiais, tem sido substituído por um regime autoritário centralizado numa só figura, a do diretor.

O enorme desinvestimento na escola pública e nas suas bibliotecas encontra-se também espelhado na ausência de condições logísticas, de recursos humanos e materiais, nomeadamente nas zonas mais carenciadas do país. Isto contraria a ideia de que “A política deve deixar claro que a biblioteca é para todos” (IFLA, 2016: 25). Nas localidades do interior, por exemplo, assiste-se, com alguma regularidade, ao encerramento de estabelecimentos de ensino e nas grandes cidades os estabelecimentos de ensino privados proliferam:

O Estado vem-se retirando de vários sectores da vida social, que antes lhe incumbia proteger, deixando o espaço aberto a um individualismo que destrói a ação colectiva e permite o desenvolvimento do sofrimento em diversos segmentos da população. A mundialização aparece então como um mito justificador da estrutura do campo mundial – económico e político – que actualmente exerce influência sobre os Estados e os desresponsabiliza da ação social, fazendo com que a ruptura dos ligames sociais acabe por se inscrever igualmente numa determinada actuação política (Fernandes, 2000: 205).

Nas grandes cidades, designadamente em escolas centenárias, quer ao nível do edificado, quer ao nível dos acervos documentais, constata-se um desrespeito pela preservação do património e memória coletivos enquanto práticas democráticas ativas. Acresce a tudo isto uma crescente ausência de reflexão e de produção de pensamento crítico, que convém a quem quer governar sem contestação, e uma contínua desarticulação entre as políticas educativas e culturais pensadas nos gabinetes ministeriais, isto apesar de os vários governos constitucionais realçarem, nos seus conteúdos programáticos, a importância das bibliotecas e do ato de ler, bem como a imprescindível

necessidade de articulação entre as tutelas da Cultura e da Educação tanto ao nível dos equipamentos (bibliotecas públicas e biblioteca escolares), como dos públicos-alvo (crianças e jovens em idade escolar, adultos), (Neves e Lima 2009: 20).

No que diz respeito à formação de públicos e simultânea difusão de produtos culturais vislumbra-se uma manifesta ausência de uma política para o setor, consubstanciada num benefício para as elites que põe em causa a igualdade de oportunidades e o acesso a práticas criativas e emancipadoras. Ultrapassada a lógica de uma democratização cultural, nas palavras do sociólogo João Teixeira Lopes Lopes (2007: 103), os públicos deveriam situar-se “no coração do furacão, isto é, nas contradições e discussões fundadoras da própria democracia cultural”, sustentando a ideia de que o mais importante será o “suscitar a interrogação do que dar a resposta”, ou seja, “criar socialmente as condições para a emergência das questões”.

Políticas locais

Ora estas políticas nacionais são, muitas das vezes, exacerbadas pelos decisores locais quando estes, mais preocupados com os interesses político-partidários instalados, conduzem ao agravamento das assimetrias sociais, na linha do que António Teixeira Fernandes

(1993:33) defende: “Sem um adequado ordenamento jurídico que configure uma verdadeira democracia participativa, dificilmente se poderá obstar a uma cultura política que propicia o elitismo e o favoritismo”. A título de exemplo, a constituição de mega-agrupamentos na cidade do Porto gizada pela tutela com orientação dos responsáveis da autarquia, aliada à redução drástica de recursos humanos, criou barreiras intransponíveis nalgumas escolas e para alguns alunos, designadamente nas zonas mais carenciadas da cidade. Por outro lado, a enorme desigualdade na distribuição de recursos financeiros, nomeadamente na requalificação das escolas, do qual foram exemplo desastroso as opções encontradas no âmbito da Parque Escolar. Essas opções permitiram que, sem imparcialidade, algumas escolas usufríssem de verbas avultadas e gastos exorbitantes, enquanto outras, em local bem próximo das primeiras, tivessem sido votadas ao abandono, ainda que urgisse a sua preservação, quer pelo seu interesse histórico-cultural, quer pelo seu valor patrimonial e arquitetónico. Este é o caso do antigo Liceu Alexandre Herculano.

O Liceu Alexandre Herculano

Na verdade, esse liceu está hoje integrado num mega-agrupamento (Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano) constituído por nove escolas que contemplam os diferentes níveis de ensino. Em termos institucionais é um Território Educativo de Intervenção Prioritária pelo facto de fazerem parte do seu público-alvo um elevado número de alunos em risco de abandono escolar.

Situado na zona oriental da cidade, onde se registam altos índices de pobreza e de exclusão social, este Agrupamento é o reflexo da desagregação económica e familiar da sua população estudantil, patente no elevado número de beneficiários da Ação Social Escolar e de famílias que sobrevivem pelos apoios do Rendimento Social de Inserção. Da população escolar contam também múltiplos casos sinalizados nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, bem como estudantes provenientes de lares de infância e de juventude em regime de internato. Também inclui crianças e jovens com necessidades educativas especiais decorrentes da referenciação de problemas cognitivos, motores, surdez, baixa visão e multideficiência e que integram as suas Unidades de Autismo e de Apoio à Multideficiência.

A escola-sede do Agrupamento, também Escola de Referência para a Educação Bilingue de Alunos Surdos, é um antigo edifício da autoria do arquiteto portuense José Marques da Silva, construído no início do século XX e classificado em 2011 como Monumento de Interesse Público pelo seu valor arquitetónico e urbanístico. Contudo, esta escola debate-se, há alguns anos a esta parte, com a patente falta de recursos humanos, materiais e tecnológicos, constrangimentos que já puseram em causa inclusivamente, e por diversas vezes, a segurança da sua comunidade educativa.

Verdadeiro exemplo de sucessivos erros políticos, este liceu foi um dos poucos casos a nível nacional que, em 2010, não beneficiou da implementação do propalado Plano Tecnológico. O argumento invocado foi o de que se avizinhava uma requalificação do edificado, o que até aos dias de hoje, lamentavelmente, não aconteceu. De salientar que a escola está situada em frente à Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, a qual inclui nas suas competências “Acompanhar a requalificação, modernização e conservação da rede de escolas”, bem como “identificar as intervenções nos edifícios escolares” (DGEstE, 2013). Contudo, observa, há largos anos e sem intervir, uma crescente deterioração do edifício centenário. Esta situação já foi inclusivamente alvo de diversas notícias na comunicação social, designadamente em fevereiro de 2017 devido ao seu encerramento abrupto, levado a cabo por alunos e respetivas famílias, ante as consequências nefastas provocadas por um inverno mais rigoroso. Além disso, esta escola secundária possuiu um acervo documental ímpar que se encontra num lamentável estado de degradação, sem acesso público e sem

recursos condignos para o tratar. Possui um serviço de biblioteca fortemente condicionado por medidas avulsas de gabinete, desarticuladas entre si, que adensam a falta de equidade e de justiça social, do qual a seguir se dará conta.

O serviço da biblioteca

Na realidade, as boas intenções e todas as mais-valias trazidas pela Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) às bibliotecas das escolas públicas, designadamente com a institucionalização da figura do professor-bibliotecário, não tem sido possível atenuar o impacto de algumas políticas imponderadas no seio das bibliotecas, particularmente no caso daquelas que comportam um património documental considerável, como se referiu anteriormente a propósito da Escola Secundária Alexandre Herculano. A criação daquela figura, aliás, permitiu a inclusão da biblioteca nos documentos orientadores da escola e reforçou o papel desta no suporte às atividades letivas e ao desenvolvimento de projetos pedagógicos. Contudo, sem recursos próprios e com falta de apoio da autarquia, torna-se inexecutável proteger o Fundo Antigo do liceu e acautelar o seu património histórico e cultural. Este Fundo integra obras dos últimos cinco séculos e dele fazem parte inúmeros livros didáticos, utilizados por diferentes gerações de docentes e por algumas personalidades da nossa sociedade. Não será, portanto, obrigação da autarquia a preservação e acautelamento do seu património, bem como a sua devolução à cidade? Ressalve-se que alguns desses documentos têm sido regularmente procurados por investigadores e leitores curiosos de vários pontos do país.

Para além das questões de património, e em termos de responsabilidade da autarquia, o tratamento desigual conferido às diferentes bibliotecas das escolas com Jardim de Infância/1º ciclo, muitas vezes condicionado pela cor política dos presidentes de Junta de Freguesia, é um exemplo da obstrução à democracia condicionada por interesses partidários. Efetivamente, já em 1997, aquando da publicação do documento *Lançar a rede de bibliotecas escolares*, pretendia-se criar condições nas bibliotecas para que fosse possível desenvolver nos estudantes competências para o exercício livre da sua cidadania “contribuindo assim para que os cidadãos se tornem mais conscientes, informados e participantes” (Veiga, 1997: 16). Porém, constatava-se a ausência de uma política responsável, articulada e concertada entre instituições que impedia as escolas de 1º ciclo de “oferecerem as condições mínimas” para estimularem o prazer da leitura (Veiga, 1997: 20). E não será, igualmente, uma fonte de discriminação social o facto de a RBE designar nas suas plataformas as “Bibliotecas da Rede” e as “Bibliotecas fora da Rede”, ainda que ambas possam estar integradas num mesmo agrupamento? Ora, antes de mais, esta classificação põe em causa o dever do professor-bibliotecário de prestar um serviço equitativo e justo social e culturalmente, de acordo com a legislação, pois cabe a este “Assegurar o serviço de biblioteca para os alunos do agrupamento” - (Portaria nº 192-A/2015).

A este propósito pode referir-se o exemplo concreto da situação do Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano em que somente sete das suas nove escolas contemplam bibliotecas integradas na Rede, ficando duas escolas sem usufruir de um espaço reconhecido como biblioteca. Na verdade, numa dessas escolas já foram submetidas diversas candidaturas para que a sua biblioteca pudesse integrar a Rede, beneficiando assim de algum apoio sobretudo documental, mas sem sucesso. Foi invocado, basicamente, que a biblioteca não cumpria requisitos tais como: número de metros quadrados e quantidade de alunos suficientes, apesar de estes serem cerca de uma centena. Na outra escola, onde até há pouco tempo não existia espaço próprio de biblioteca, foi necessário mobilizar a comunidade. Assim se transformou uma antiga sala de aula em biblioteca – solicitou-se, à autarquia, mobiliário usado e efetuou-se uma campanha para angariar livros. Será legítimo privar alunos, docentes e pessoal não docente das mesmas oportunidades dos restantes, dentro de um mesmo

agrupamento, porque estão alocados a um determinado edifício? Deve o ou a professora-bibliotecária tratar a sua comunidade de forma diferenciada, dependendo do local onde estão diariamente, sobretudo quando as carências económicas e sociais são já, e por si só, uma fonte de desigualdade e um flagelo na vida dessas crianças e jovens?

Aqui levanta-se igualmente a discussão sobre a incoerência na definição do número de professores-bibliotecários existentes hoje em dia nas escolas, nomeadamente no seio destes mega-agrupamentos. A Rede de Bibliotecas Escolares reconhece esta realidade, mas ainda não foi capaz de a alterar quer do ponto de vista político quer do ponto de vista legal. Recorde-se que esta determinação está diretamente relacionada com o número de alunos num dado agrupamento, independentemente da quantidade de escolas que o constituam. Aliás, para se compreender melhor, basta comparar dois agrupamentos de escolas da cidade do Porto: o Agrupamento de Escolas Clara Resende, situado numa zona da cidade menos carenciada, que alberga duas escolas com duas bibliotecas cada com um professor-bibliotecário; e, na parte oriental da cidade, zona desfavorecida, surge o Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano, o qual integra nove escolas com nove bibliotecas geridas pelo mesmo número de docentes, isto é, dois professores-bibliotecários.

Através deste exemplo, torna-se óbvia a impossibilidade de se prestar um serviço equitativo e condigno a essa comunidade, sem funcionários alocados e com inexistência de horas e docentes disponíveis para integrar a equipa das bibliotecas e as manter, prestando o apoio técnico-pedagógico exigido. Acresce ainda o facto de, até há pouco tempo nesse agrupamento, três das nove bibliotecas debaterem-se com um funcionamento ininterrupto – uma escola secundária e duas escolas com segundo e terceiro ciclos –, o que pressupunha a existência de pelo menos um professor-bibliotecário em cada e de funcionários que assegurassem o serviço quando este docente tem de lecionar. Recorde-se ainda que, dados os constantes cortes ao nível dos recursos humanos, hoje em dia as equipas de biblioteca sobrevivem com o trabalho de ex-professores que pediram a reconversão das carreiras por não se sentirem capazes de lecionar, o que contempla a agravante de estes apresentarem incapacidades físicas e/ou psicológicas.

Com a revisão da Portaria do professor-bibliotecário em 2015 (Portaria nº 192-A/2015), a RBE perdeu, igualmente, a oportunidade de corrigir algumas destas incongruências. Se se fizer uma comparação com a Portaria anterior (n.º 756/2009), constata-se que houve alguns recuos inclusivamente na dignificação do papel do PB no Conselho Pedagógico. De lá para cá esse docente só terá assento no dito órgão se assim estiver estipulado no Regulamento Interno das escolas, aprovado por elementos indicados pelo diretor. Mais uma vez, a inexistência de órgãos colegiais e a assunção de uma hierarquia na figura do diretor, segundo uma lógica empresarial.

A biblioteca como mobilizador social

Com efeito, esta panóplia de constrangimentos, agravados desde a megafusão, obrigou a biblioteca Alexandre Herculano a reinventar-se e a encetar esforços no sentido de não adensar as desigualdades sentidas pelos seus utilizadores, sobretudo em comparação com outras escolas da mesma cidade, com vista a ser “uma plataforma essencial na redução das desigualdades de oportunidades” (Pires, 2017: 10). Aliás, em virtude das condições socioeconómicas da comunidade escolar, a implementação de ações pontuais de acesso ao livro e à leitura tem sido dificultada pelos interesses comerciais de editoras. Exemplo disso são as Feiras do Livro que ainda hoje não se realizam por alegada falta de poder de compra do seu público-alvo. O convite a autores, escritores ou figuras públicas tem sido fortemente condicionado por editoras que condicionam a vinda à venda de um número determinado de exemplares. Ora:

O acesso aos serviços e colecções deve orientar-se pela Declaração Universal dos Direitos e Liberdades do Homem das Nações Unidas e não deverá ser sujeito a nenhuma forma de censura ideológica, política ou religiosa ou a pressões comerciais (IFLA, 2016: 67).

Perante a inexistência de verbas para atualização da coleção, procurou-se resgatar os velhos livros para o centro das iniciativas da biblioteca e, num trabalho de mobilização social e de proximidade com as famílias e restantes elementos da comunidade, incluindo auxiliares técnicos e operacionais, pediu-se a colaboração de todos para ajudarem a *limpar o pó* a esses livros antigos, literal e metaforicamente falando. Retirando-os das estantes, foi-lhes pedido que seleccionassem um excerto ao seu gosto e partilhassem essa leitura numa sessão conjunta de leitura em voz alta.

O envolvimento da comunidade abrange os esforços de programação, desenvolvimento da coleção e acolhimento de populações diversas do ponto de vista cultural, linguístico, étnico e outros nas nossas bibliotecas. As bibliotecas escolares devem reconhecer a importância das famílias na educação dos seus filhos e o valor da transmissão intergeracional de conhecimento. (IFLA, 2016: 67)

Limpar o pó permitiu igualmente que familiares encarregados de educação e outros, pessoal docente e não docente, pudessem visitar essa leitura através do empréstimo domiciliário (*Biblioteca para Gente Grande*). Concomitantemente, foi-se desafiando a comunidade à prática de sessões de leitura de alunos para alunos, de familiares para as suas crianças. Algumas destas sessões traduziram-se num serviço de leitura pública com arranque na biblioteca escolar e que se prolongou em iniciativas em parceria com as Bibliotecas Municipais do Porto, designadamente com a Biblioteca Pública Municipal do Porto (casos da Biblioteca Sonora e de várias edições da *Maratona Leitura*) ou com a Biblioteca Municipal Almeida Garrett (*Projeto de Animação Comum, Concurso Nacional de Leitura, Projeto Histórias com Sentidos*).

Será que essas sinergias entre bibliotecas escolares e municipais não poderiam ser aprofundadas com vista a delinear uma política de leitura pública mais consentânea e mais eficaz? Não seria possível resolver definitivamente as tensões existentes entre ambas, cumprindo

o desígnio de articulação entre os sectores cultural e educativo, traduzido na prática pelo apoio das bibliotecas públicas municipais às bibliotecas escolares (Neves e Lima, 2009: 27),

almejado por sucessivos governos e plasmado nas suas orientações programáticas? Na verdade, num dos estudos sobre a Leitura efetuados entre 1997 e 2000, João Teixeira Lopes e Lina Antunes constatavam que “as lógicas de utilização e apropriação de ambas as bibliotecas (escolar e municipal) não se distanciam” (Lopes e Antunes, 2000: 25).

Com o intuito de experimentar as potencialidades de um serviço de biblioteca vivo e ativo, optou-se, então, por implementar uma política concertada de promoção da leitura entre os diferentes elementos da comunidade, dinamizando atividades culturais diversificadas com o intuito de atrair e envolver o seu público e trazê-lo a esse espaço.

A biblioteca escolar dá resposta às necessidades da comunidade educativa em que se encontra e trabalha para o benefício de todos os membros dessa comunidade (IFLA, 2016: 23).

Efetivamente, “É o investimento nas pessoas que aparece como pré-requisito de um verdadeiro alargamento dos públicos da cultura” (Fernandes, 2004: 207). Mesmo rejeitando o ato de ler, os alunos poderiam visitar e frequentar o espaço da biblioteca para outras finalidades. Paralelamente, procedeu-se à implementação de atividades em articulação com outras estruturas da escola, designadamente com o Museu de História Natural, numa espécie de serviço educativo integrado: tanto alunos internos como os externos visitavam o Museu no

primeiro andar, desciam posteriormente à biblioteca para assistirem à leitura de uma Fábula e terminavam a sua visita com pintura facial animal, orientada por alunos do Curso Profissional de Animador Sociocultural. Além disso, procurou-se a articulação curricular com os conteúdos de diversas disciplinas e dinamizar atividades que, localizadas na biblioteca, propiciassem as diferentes formas de expressão artística: cinema, música, artes performativas, teatro, exposições, atividades lúdicas e manualidades.

Projetos transversais com a comunidade

Procurou-se, também, e através da biblioteca, aprofundar o compromisso da comunidade escolar com outras instituições, no sentido de potenciar uma prática de cidadania ativa: “os usos do espaço público fazem parte das competências do cidadão”, sendo que “a participação cultural que nele se pode desenrolar é uma condição da cidadania global e múltipla” (Lopes, 2007:71). Tal implicou a execução de projetos transversais com diferentes instituições, entidades, grupos ou associações de âmbito local, nacional e internacional, dos quais se seguem alguns exemplos. O principal objetivo foi a aproximação da comunidade educativa ao livro e à leitura, potenciando o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo e criando oportunidades de conhecimento e de aprendizagem, numa prática de cidadania ativa, pois a biblioteca é uma

porta de acesso local ao conhecimento e à informação, proporcionando as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais (IFLA e UNESCO, 1994).

Ao nível local, por exemplo, criou-se um Banco do Livro em parceria com o Movimento REUTILIZAR.COM, assegurado por familiares encarregados de educação desempregados; dinamizaram-se palestras e sessões de esclarecimento com a Associação para o Planeamento da Família e com o Agrupamento de Centros de Saúde Porto-Oriental; promoveram-se exposições sobre Direitos Humanos com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens; implementaram-se sessões de partilha de práticas culturais e artísticas com Associação do Porto de Paralisia Cerebral; envolveram-se os avós da comunidade (Lares de Terceira Idade) em ciclos de cinema intergeracionais, com direito a pipocas. Estabeleceram-se parcerias com a autarquia na implementação de programas regulares, como é o caso de *O Porto a Ler* e com a Universidade do Porto a biblioteca envolveu-se em projetos incluídos no programa camarário *Porto de Futuro*, particularmente na *Sociedade de Debates*, nas *Aulas sem Fronteiras* e no *Projeto de Voluntariado Estudantil*, este último com o intuito de evitar o abandono escolar. Mais recentemente, com a Associação Espaços-Projetos Alternativos de Mulheres e Homens realizou-se na biblioteca o *workshop Partilhar Lideranças nos Espaços Público e Privado* com a participação de vários elementos da comunidade interna e externa e dinamizou-se ainda a *Oficina Maria de Lourdes Pintasilgo: um percurso singular* junto de docentes e alunos do ensino secundário.

No plano nacional, destacam-se algumas atividades orientadas para a formação dos alunos para a cidadania ativa e para a construção de uma consciência social. Destes destacam-se a mostra *Braga Capital Europeia da Juventude* e o concurso *Namorar com Fair Play*, em articulação com o Instituto Português do Desporto e da Juventude, sobre a violência no namoro e no qual a biblioteca arrecadou o 3º Prémio; com a Associação de Solidariedade Internacional e com o Centro Local de Apoio a Integração de Migrantes, através do projeto *Bibliotecas Humanas*, e que se desenrolou nas nove bibliotecas do agrupamento; com a AJA, Associação José Afonso em atividades musicais e de declamação de poesia; e, finalmente, com a ANIMAR/Gabinete da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade na ação *Roteiro da Cidadania em Portugal*, que percorreu de carrinha o país.

Em termos internacionais, destaca-se a parceria com a Associação Juvenil MEDesTU, materializada em dinâmicas com voluntários de outros países, numa espécie de *livros vivos*. O Programa Internacional Rotas Solidárias.org/Laboratório do Erro possibilitou o desenvolvimento do projeto *Rota dos Livros com Cabo Verde*, com uma campanha de angariação de livros para a biblioteca da Escola Secundária da Ilha da Boa Vista em Cabo Verde. Este projeto, orientado por uma docente de filosofia do agrupamento, tem sido um exemplo de como o livro e a leitura têm a capacidade de humanizar a escola, unindo comunidades educativas além-fronteiras, atestando que o acesso à cultura é determinante para a produção de pensamento crítico e, sobretudo, para a construção de uma forte consciência social.

Conclusão

As políticas neoliberais de sucessivos governos têm tido impacto significativo nas desigualdades sociais, com consequências negativas no direito universal de acesso a uma escola pública de qualidade que inclua bibliotecas aptas a responder aos desafios de uma sociedade em mudança e que fomente novos públicos para a cultura.

As políticas locais e os conflitos partidários têm agravado essas assimetrias, pondo em causa um Estado social que propicie condições de igualdade e que preserve o património histórico e cultural locais. Na cidade do Porto, uma enorme desarticulação institucional e opções político-partidárias que não envolvem a população, evidenciam os constrangimentos na gestão da rede escolar. Estes constrangimentos, materializados em mega-agrupamentos, colocam dificuldades à própria Rede de Bibliotecas Escolares na resolução de tensões que prejudicam o trabalho das suas bibliotecas.

O caso do Alexandre Herculano pode ser tomado como um exemplo positivo de preocupação em preservar um património documental que é também da cidade. Tem-se procurado suprir algumas carências sociais da comunidade educativa através de um serviço de biblioteca ativo, uma espécie de polo cultural, que valoriza a identidade do coletivo e cria laços com as famílias e com a comunidade envolvente.

Limpando o pó aos livros antigos, no sentido literal e metafórico, ensaiou-se uma tentativa de aproximação da comunidade educativa ao livro, à biblioteca, à leitura através de livros esquecidos nas estantes. Desempoeirando-os, incentivou-se a comunidade a fazer as suas próprias escolhas e a pensar livremente. Tentou-se contornar alguns efeitos das políticas de desigualdade social, envolvendo a comunidade em iniciativas culturais de âmbito local, nacional e internacional.

A biblioteca é neste agrupamento entendida como um local de aprendizagem, espaço de encontro, de cultura e de fruição, que promove a leitura e a participação democrática de crianças, jovens e adultos num exercício da cidadania. Neste sentido, pretende-se que a biblioteca seja um lugar de todos/as e de cada um/a na concretização de um Estado social

Não é possível construir o futuro e afirmar a nossa identidade cultural se não possuímos bibliotecas abertas a todos – bibliotecas que sejam o refúgio da memória, presença do quotidiano, espaço de interrogação (Nunes, 1998: 100).

Um objetivo último será uma possível utilização autónoma das Bibliotecas Públicas Municipais, por parte de elementos da comunidade, potenciando o serviço de leitura pública e aproveitando sinergias entre bibliotecas escolares e públicas.

A oferta de uma escola pública de qualidade com bibliotecas vivas e ativas poderá permitir a resistência a estigmas sociais e proporcionar oportunidades de mobilizar e, sobretudo, de reinventar a sociedade.

Referências bibliográficas

Costa, António Firmino da; Pinto, José Madureira; Pereira, Virgílio Borges (2008), Desigualdades sociais e relação com a escola, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, XVII-XVIII: 251-252. Consultado a 6-12-2018, disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=426539979010>.

DGEstE (2013), *Competências das DSR*. Lisboa: Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, Consultado a 6-12-2018, disponível em <http://www.dgeste.mec.pt/index.php/competencias-das-dsr/>.

Fernandes, António Teixeira (1993), Poder autárquico e poderes difusos, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, (03): 7-33. Consultado a 6-12-2018, disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8458/2/1307.pdf>.

Fernandes, António Teixeira (2000), Desigualdades e representações sociais. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras*, (10): 203-214. Consultado a 6-12-2018, disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8198/2/1478.pdf>.

Fernandes, António Teixeira (2004), Reflexividade social e regulação cultural. *Públicos da Cultura*. Lisboa: OAC.

IFLA (2016), *Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar*. 2ª ed. Tradução da Rede de Bibliotecas Escolares, Portugal. Lisboa: Rede de Bibliotecas Escolares. Consultado a 6-12-2018, disponível em www.rbe.min-edu.pt/np4/file/1853/guide_lines_2016.pdf.

IFLA; UNESCO (1994), “Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas.” *International Federation of Library Associations and Institutions*. Consultado a 06-12-2018, disponível em <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-ptbrasil.pdf>.

Lopes, João Teixeira; Antunes, Lina (2000), “Desescolarizar as bibliotecas?”, *Boletim OBS*, 8, 25.

Lopes, João Teixeira (2007). *Da democratização à democracia cultural: uma reflexão sobre políticas culturais e espaço público*. Porto: Profedições.

Neves, José Soares; Lima, Maria João (2009), *Promoção da Leitura nas Bibliotecas Públicas*. Lisboa: GEPE, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação. Consultado a 6-12-2018, disponível em [http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/arquivo/escolas/uploads/projectos/promocao_leitura_bibliot-publicas\(1\).pdf](http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/arquivo/escolas/uploads/projectos/promocao_leitura_bibliot-publicas(1).pdf).

Nunes, Henrique Barreto (1998), *Da biblioteca ao leitor : estudos sobre a leitura pública em Portugal* [2ª ed]. Braga: Instituto Português do Livro e da Biblioteca.

Pires, Hermínia (2017), *O contributo da biblioteca escolar para o reforço da escola inclusiva*. Lisboa: Rede de Bibliotecas Escolares. Consultado a 6-12-2018, disponível em <http://www.rbe.min-edu.pt/np4/1954.html>.

Portaria n.º 756/2009 de 14 de Julho. Diário da República n.º 134/2009, Série I. Lisboa: Ministério da Educação.

Portaria n.º 192-A/2015 de 29 de junho. Diário da República n.º 124/2015, 1.º Suplemento, Série I. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência.

Veiga, Isabel (coord.); Barroso, Cristina *et al.* (1997), *Lançar a rede de bibliotecas escolares*. Lisboa: Ministério da Educação. Consultado a 6-12-2018, disponível em http://www.rbe.mec.pt/np4/file/94/lancar_rbe.pdf.